

<b>NOVO</b>	Periodicidade: <b>Semanal</b>
11-06-2021	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,10,11</b>

## **Marcelo aponta referendo à regionalização para 2025** P.10

NOVO

11-06-2021

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,10,11**

# Marcelo aponta referendo à regionalização para 2025

Debate sobre o tema tem 23 anos e o líder do PS decidiu recolocá-lo na agenda, mas nunca antes de 2024. Belém não levantará obstáculos se lhe for apresentada uma proposta de consulta popular, embora faça contas aos prazos: há europeias, autárquicas e presidenciais. Por isso, se tudo for aceite e consensual, só no primeiro semestre de 2025

**Cristina Rita**  
cristina.rita@novojapanews.pt

**A** regionalização voltou à agenda política, lançada pela mão do primeiro-ministro, que a colocou na moção que leva ao congresso do PS. O caminho será o de preparar o país para um novo referendo, depois de uma consulta falhada em 1998. Os calendários impostos pelo também líder dos socialistas serão o final de 2024. Em Belém também se olha para o calendário, sendo certo que o Presidente da República não criará obstáculos a uma consulta popular. Desde que se cumpram as regras e os prazos.

Marcelo Rebelo de Sousa disse ao NOVO que se "houver uma proposta de referendo à regionalização, apresentada ou pelo Governo ou pela Assembleia da República, o Presidente convocará o processo. Há limites que decorrem das eleições europeias em 2024, das autárquicas em 2025 e das presidenciais em 2026. Mas há ali um intervalo que permite convocar o referendo até ao fim da Primavera, começo do Verão de 2025". Ou seja, havendo uma proposta, e cumprindo-se o parecer obrigatório (fiscalização preventiva) no Tribunal Constitucional, o chefe do Estado convocará a consulta popular sem angústias. Isto depois de ter dito em 2019 que avançar já com o processo seria um erro irrever-

sível e de se saber que o Presidente não é propriamente um adepto da regionalização. Bem pelo contrário. Mas, previsivelmente, olhando para o que propõe António Costa na sua moção, o cenário referendário aponta para o primeiro semestre de 2025.

Também é esta a percepção de um dos dirigentes socialistas que mais se tem batido pelo processo da regionalização. Eduardo Vítor Rodrigues, autarca de Vila Nova de Gaia, confessa que um referendo sobre a regionalização "nunca [deve ser realizado] antes de 2024 e se tudo correr bem em 2025".

Para o autarca socialista, "o povo português já deveria ter feito o referendo para a regionalização". Contudo, Eduardo Vítor Rodrigues assume que "há, neste momento, uma estratégia de consolidação da importância da regionalização, a partir de um trabalho que está a ser feito com os municípios e com as CCDR [Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional] e que tem sido assumido pelo primeiro-ministro, que é o actual candidato a secretário-geral, como um conjunto de etapas para se chegar a um objectivo final que é o da regionalização". Ou seja, é preciso preparar o debate e o país para um processo "estruturante" e dar bons exemplos de regionalização, como uma solução mais eficaz e barata para os eleitores.

Ora, há também uma avaliação a fazer: uma alteração à Constitui-

JOSE COELHO / LUSA



ção. A revisão de 1997 prevê que se façam duas perguntas uma de alcance nacional e outra regional, ou seja, a duas velocidades. Se o "não" ganhar numa das regiões previstas, o processo não avança naquela zona do país. Nada que tire o sono a Eduardo Vítor Rodrigues. Para o autarca, trata-se de uma "questão menor, porque havendo consenso, o que faz sentido é fazer um ajustamento eleitoral", leia-se, uma revisão constitucional, cirúrgica ou não, para melhorar a metodologia.

Mais crítico é o também socialista João Cravinho. O antigo ministro fez parte, tal como o social-democrata Alberto João Jardim, da comissão independente para a descentralização. O antigo ministro diz ao NOVO que a comissão que integrou "propôs que se corrigisse o grosseiro vício democrático e anticonstitucional" que resulta da revisão da Lei Fundamental de 1997 para colocar o resultado do referendo refém da "vontade de uma minoria que pode ser na ordem dos pouco por cento do país". Cra-

**Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, já ouviu António Costa defender o avanço do debate da regionalização a partir do final de 2024**

vinho aludia às perguntas de âmbito regional que, tendo resultado negativo, colocariam Portugal a várias velocidades no que toca ao processo de regionalização. João Cravinho é um acérrimo defensor do processo, mas face ao debate que se arrasta há anos, deixa o desabafo: "Quando houver regionalização, o único problema que eu tenho é se cá estarei".

O PSD ainda não debateu o processo de regionalização proposto por António Costa, apesar de ter negociado os nomes para as CCDR no ano passado. Mas, à esquerda, o PCP já exigiu o avanço da regionalização e o Bloco também tem o tema no programa.

Na comissão independente, o já falecido Freitas do Amaral fosse feita apenas com uma pergunta de âmbito nacional. Dito de outra forma: a solução para a revisão constitucional já existe para facilitar a consulta popular. Agora será preciso aplicá-la com consenso político.

NOVO

11-06-2021

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Pagina(s): **1,10,11**

Sexta-feira  
11 de Junho de 2021

Entrevista

**Alberto João Jardim**, antigo presidente do PSD/Madeira e líder regional, é um acérrimo defensor da regionalização, e foi indicado por Rui Rio para a já extinta comissão independente para a descentralização

## “Não acredito em qualquer ‘compromisso’ de António Costa”



**Houve falta de vontade política do Presidente da República e do primeiro-ministro, António Costa, para se avançar com o processo de regionalização na anterior legislatura?**

A informação que tenho, da própria comissão que integrei, responsabiliza-os pelo boicote a uma proposta legislativa - último trabalho do professor Freitas do Amaral - que está pronta a ser discutida no Parlamento e que vai ao encontro da vontade positiva manifestada por uma maioria esmagadora de autarcas em todo o país, das forças vivas ouvidas em Portugal continental, da esmagadora maioria das confederações patronais - exceção à CAP (Controlo de Fundos Europeus) - e de ambas as centrais sindicais.

**Tendo em conta as regras previstas na lei sobre referendos, é necessário rever a Constituição para evitar que o processo fique suspenso, após a consulta referendária, caso alguma região recuse esta reforma?**

**O professor Freitas do Amaral tinha uma solução para este caso?**

Sim, o professor Freitas do Amaral apresentou uma solução que a comissão aceitou e que consta do relatório final. Só que a Constituição tem de ser revista, não apenas por causa da regionalização. Está desajustada do mundo de hoje e do Portugal moderno que queremos ser, mas o colaboracionismo reaccionário comum-socialista obstrui o futuro dos portugueses.

**Acredita que, desta vez, António Costa esteja mesmo comprometido a avançar com o processo até 2025?**

Agora que nos vemos na cauda da Europa, até ultrapassados por países que há poucos anos tinham um PIB per capita bem inferior a Portugal, não me peça que eu acredite em qualquer “compromisso” de António Costa e seus aliados comunistas. Sobre tudo quando aqui, na Madeira, assisto ao reavivar do colonialismo.

**E o PSD deve mobilizar-se já nas eleições autárquicas para esta causa?**

O PSD nacional deve estar permanentemente mobilizado. Tem de assumir uma oposição forte perante o adversário principal, que é o colaboracionismo de António Costa com os comunistas. O PSD não pode deixar à extrema-direita o monopólio da oposição ao sistema político. Ai, se eu tivesse menos 20 anos...

Cristina Rita

O Presidente disse ao NOVO que, se houver uma proposta de referendo à regionalização, apresentada ou pelo Governo ou pelo Parlamento, convocará o processo